


---

## Gestão do Turismo (Comunitário) na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia Marajoara

*Management of the Based-Community Tourism in the Soure Marine Extractive Reserve, Marajoara Amazon*

*Gestión del Turismo Comunitario en la Reserva Extractiva Marina Soure, Amazonia Marajoara*

Evandro Neves<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-4957-8244>

---

**RESUMO:** Este artigo analisa iniciativas locais relacionadas ao turismo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada em município homônimo na mesorregião do Marajó (PA). Mais especificamente, demonstra como comunidades rurais se apropriam das ferramentas de uma política fundiária e ambiental e propõem soluções aos problemas de gestão do turismo. Para sua elaboração, realizaram-se pesquisa bibliográfica, pesquisas de campo, entrevistas semiestruturadas e abertas e observação participante em 2019 e 2020. Além disso, houve participação em reuniões internas de comunitários, no primeiro período, e do Conselho Deliberativo, no segundo. Os resultados sugerem que as iniciativas em curso para fortalecer o protagonismo comunitário no turismo são importantes e animadoras. Enquanto o turismo sem colaboração com as comunidades locais está ameaçando claramente a organização desses grupos sociais, seus esforços contínuos para implementar estratégias próprias de organização, que deliberadamente incorporam história e cultural local, e oferecem uma alternativa a longo prazo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Marajó. Reserva Extrativista Marinha de Soure.

**ABSTRACT:** *This paper analyses local actions regarding tourism in Soure Marine Extractive Reserve, located in Soure municipality, Marajó mesoregion, in the state of Pará. Specifically, it highlights how the local communities appropriate tools from a land-environmental policy and provide alternatives to tourism-based problems. In methodological terms, the author had made a bibliographic survey and field research; conducted interviews and participant observation in 2019 and 2020. Moreover, the author participated in the internal meets organized by local communities, and reunions in the scope of the Deliberative Council. The ongoing initiatives to strengthen community leadership in tourism at Resexmar de Soure are important and encouraging. While tourism without collaboration with local communities is clearly threatening the organization of these social groups, their continued and successful efforts to implement their own organizing strategies, which deliberately incorporate local history and culture into the process, offer a long-term alternative.*

**KEYWORDS:** *Tourism. Marajó. Soure Marine Extractive Reserve.*

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (2018), da Universidade Federal do Pará (UFPA) com Doutorado Sanduíche na University of Georgia (UGA - EUA). E-mail: evandrocneves@outlook.com.

**RESUMEN:** *Este artículo analiza iniciativas locales relacionadas con el turismo en la Reserva Extractiva Marina de Soure, ubicada en el municipio homónimo de la mesorregión de Marajó (PA). Más específicamente, demuestra cómo las comunidades rurales se apropian de las herramientas de una política territorial y ambiental y proponen soluciones a los problemas de gestión turística. Para su elaboración se realizó en 2019 y 2020 investigación bibliográfica, investigación de campo, entrevistas semiestructuradas y abiertas y observación participante. Además, se participó en reuniones internas de la comunidad, en el primer período, y del Consejo Deliberante, en el segundo. Los resultados sugieren que las iniciativas en curso para fortalecer el liderazgo comunitario en el turismo son importantes y alentadoras. Si bien el turismo sin la colaboración de las comunidades locales amenaza claramente la organización de estos grupos sociales, sus continuos esfuerzos por implementar estrategias de autoorganización que incorporan deliberadamente la historia y la cultura locales ofrecen una alternativa a largo plazo.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Turismo. Marajó. Reserva Extractiva Marina de Soure.*

---

## INTRODUÇÃO

A descentralização dos poderes de decisão do Estado e a emergência de instituições locais tem se tornado uma característica fundamental da gestão territorial nos últimos anos (NEWIG; FRITSCH, 2009) e estão cada vez mais presentes nas políticas de caráter ecológico (BODIN, 2017). Seu nível de sucesso, todavia, varia bastante. Como apontam Barkin e Lemus (2015), enquanto essas iniciativas estão mudando as políticas na América Latina, outros modelos de desenvolvimento vinculados essencialmente ao ganho econômico ameaçam as possibilidades para implantar uma gestão territorial mais sustentável.

No Brasil, as características de problemas associados às especificidades locais, de colaboração (e seus distintos propósitos) e das relações de poder nas estruturas de governança são um fator essencial na variação do sucesso dessas políticas (GRISA; DELGADO, 2019). Na Amazônia brasileira, especialmente em áreas ambientalmente protegidas, determinados atores muitas vezes agem em prol de interesses próprios sem disposição para deliberar e contribuir para a gestão de problemas socioambientais comuns e ameaçam as iniciativas de comunidades locais envolvidas na gestão dos territórios onde vivem. Por outro lado, é cada vez mais comum observar comunidades locais participando no planejamento e na implementação de soluções locais que contribuam para a gestão dos territórios em circunstâncias de relações desiguais das quais elas fazem parte –, o que Teisserenc (2016) denomina de politização dos desafios locais.

Ações desse tipo são comuns não apenas no Brasil, mas também em vários países da América Latina (BARKIN; LEMUS, 2015; LOSEKANN, 2016), onde as comunidades locais imprimem suas mobilizações, associando-se com órgãos do Estado e a sociedade civil para consolidar suas propostas coletivas em detrimento de atividades individualistas. Nesse sentido, este artigo analisa iniciativas locais na Amazônia marajoara e demonstra como

comunidades rurais se apropriam das ferramentas de uma política fundiária e ambiental e propõem soluções aos problemas de gestão do turismo no território onde vivem.

O objetivo principal deste texto é analisar a configuração do Turismo de Base Comunitária na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Marajó (PA), e seu papel para a solução de problemas referentes à gestão dessa atividade. O texto está organizado em quatro tópicos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro contextualiza o turismo no Marajó e apresenta o problema de pesquisa; o segundo expõe o quadro de referência teórica utilizado; o terceiro detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa; e o quarto analisa os resultados.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO DA MESORREGIÃO DO MARAJÓ**

As políticas orientadas ao turismo no Marajó se iniciaram nos anos 1970. À época, a cidade de Soure foi considerada portadora de uma “vocação natural” para a atividade e contemplada com os principais investimentos. De  rea rural, o município desenvolveu certa infraestrutura e consolidou um núcleo urbano e serviços associados. A experiência desse município revela que, desde o início das políticas de turismo na mesorregião, o planejamento dessa atividade apresentou preferências a determinados lugares, caracterizando-se pelo seu caráter centralizado (CRUZ, 1999).

De acordo com Beni (2006), ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, o turismo passou a ser objeto de várias políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável no Brasil. Nesse cenário, destacaram-se a cria o do Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal em 1998, em nível regional, e do Ministério do Turismo (em nível nacional) em 2003, para desenvolver o turismo como atividade econ mica em termos de exigências socioambientais.

O Ministério do Turismo, em especial, configurou-se como ferramenta específica para potencializar a atividade. Nesse sentido, o Programa de Regionaliza o do Turismo foi criado em 2004 (no contexto do Plano Nacional do Turismo) para estruturar estratégias e a oes de desenvolvimento dessa atividade nas regiões do Brasil por meio da gestão descentralizada, integrada e compartilhada.

Propõe-se olhar a região, e não mais o município isolado. Essa visão se alinha a tendências internacionais que buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam criar condi oes e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos (BRASIL, 2007a, p. 12).

Nesse contexto, o Estado do Pará selecionou o Marajó enquanto área estratégica em seu Plano de Desenvolvimento Turístico. A mesorregião foi definida como um polo das ações turísticas do estado para compor o programa de nível nacional. Por consequência, as áreas prioritárias à atividade ampliaram-se e, assim como Soure, os municípios de Salvaterra e Ponta de Pedras se tornaram áreas receptivas dos investimentos do poder público (BOULHOSA, 2019).

Sequencialmente, em 2007, a criação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó contemplou o turismo como uma das principais atividades capazes de promover o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável. Ao longo de sua elaboração, várias oficinas, reuniões e consultas públicas à sociedade civil apontaram a parceria entre o Estado, os setores corporativos e as comunidades locais – bem como os investimentos em infraestrutura e a capacitação da população – como ações necessárias para sua finalidade (BRASIL, 2007b).

A cronologia sucinta revela que historicamente o turismo no Marajó tem sido associado tanto à sustentabilidade quanto à geração de renda e melhoria dos padrões de vida da população. Logo, o Marajó se enquadra enquanto região pobre em termos de recursos financeiros e indicadores sociais e econômicos, mas ao mesmo tempo com potencial à sustentabilidade. Nesse sentido, é válido ressaltar que, quando se trata de turismo e políticas públicas, as regiões:

São classicamente definidas por um substrato cultural homogêneo [...] e definições externas à própria região também podem ser observadas, como por exemplo regiões que são tratadas como periféricas, fronteiras, ou ainda não desenvolvidas pelo poder central (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015 p. 16).

Tal narrativa não adquire corpo à toa, pois a noção de desenvolvimento é uma bandeira que historicamente atravessa a história da Amazônia por meio de políticas públicas específicas (CASTRO, 2010). Logo, a relação entre turismo e desenvolvimento se configura como uma estratégia de planejamento político dos governos paraenses, que têm compreendido essa atividade como elemento central para o desenvolvimento regional.

Associar a política pública a um tema é um mecanismo que permite ao Estado melhor compreensão do problema ou dos objetivos para os quais a política será elaborada, bem como do papel dos indivíduos e dos grupos que serão afetados e estarão envolvidos nas tomadas de decisão (SOUSA, 2006). Trata-se da discricionariedade, um processo decisório de escolha dos meios pelos quais os objetivos dessa relação serão alcançados, bem como do planejamento de como a “[...] participação de agentes públicos e privados [acontecerão]” (DAL BOSCO, 2008, p. 247). É um modo de planejar políticas públicas baseado na teoria do

Garantismo Jurídico que implica a necessidade de que os agentes públicos atendam às necessidades e aos direitos fundamentais dos cidadãos.

No que se refere ao planejamento político do turismo, em especial, sua finalidade é inibir e/ou diminuir os impactos negativos que a atividade pode ocasionar e maximizar os retornos sociais, econômicos e culturais (BURSZTYN, 2005) – o que requer o envolvimento de todos os atores que terão impactos de modo negativo ou positivo pelo setor (BARRETO, 2005).

Com base nisso, pode-se considerar que as políticas fundiária e ambiental direcionadas ao Marajó nos últimos anos têm proporcionado o envolvimento de vários atores na organização do turismo, especialmente das populações locais em territórios ambientalmente protegidos, como as unidades de conservação de uso sustentável e os projetos de assentamentos agroextrativistas. Não obstante, a maior dificuldade enfrentada é o desenvolvimento da atividade de modo integrado e participativo. Tavares (2009), por exemplo, argumentou há uma década que o Programa de Regionalização do Turismo no Marajó reduziu suas práticas aos atrativos naturais da mesorregião e não incorporou o patrimônio cultural dos lugares. Exemplos que configuraram indicadores de exclusão das comunidades locais foram: a) falta incentivo às atividades culturais relacionadas ao artesanato; b) ausência de formação continuada aos artesãos; c) e falta de incremento a tecnologias que permitissem o desenvolvimento de alternativas econômicas e agregação de valores. Mais recentemente, foi constatado que as políticas de turismo no Marajó permanecem concentradas, com pouca valorização cultural e poucos benefícios tangíveis às populações locais (BOULHOSA, 2019, 2020). Assim, “[...] Mesmo com existência de várias propostas para reestruturação do território sob a regência de planos de desenvolvimento sustentável, esta região [Marajó] não apresentou transformações sociais significativas na última década [especialmente em relação ao turismo]” (QUINTELA; TOLEDO; VIEIRA, 2018, p.13).

Tais desafios relacionam-se à própria dinâmica do planejamento turístico oficial já destacado por Figueiredo e Nóbrega (2015), que apontam um viés claramente econômico das iniciativas públicas voltadas ao turismo na Amazônia Legal. Tal planejamento, segundo os autores, permanece criando obstáculos à promoção do equilíbrio econômico, social e cultural das comunidades locais e afastando-as ainda mais do processo de gestão do patrimônio natural e cultural que historicamente contribuíram para proteger.

Ao longo dos anos, esse contexto provocou a busca por alternativas no Marajó que vêm ganhando a atenção de atores e instituições: do Estado em seus diferentes níveis, de organizações da sociedade civil e das próprias comunidades rurais, que decidiram promover projetos turísticos alternativos para aliviar os efeitos negativos e aproveitar o potencial dos

recursos naturais e culturais disponíveis (BOULHOSA, 2020). Uma dessas iniciativas é o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma maneira de organizar o turismo baseada na cooperação, distribuição dos benefícios e autogestão sustentável dos recursos socioambientais e patrimoniais (MALDONADO, 2009).

A primeira experiência no Marajó surgiu na Resexmar de Soure, que atualmente é a unidade de conservação que exerce maior atração no imaginário turístico nacional e internacional na mesorregião (ICMBIO, 2018a). Considerando isso, o problema de pesquisa que orientou este texto foi: como o Turismo de Base Comunitária se configura na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Marajó (PA), e impõe alternativas aos desafios do turismo?

## A ÁREA DE PESQUISA, A ORGANIZAÇÃO LOCAL E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na Resexmar de Soure, criada em 2001 aos moldes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Sua extensão territorial abrange duas áreas descontínuas de manguezais: Manguezal de Soure (de maior extensão a leste) e Manguezal do Rio Saco (de menor extensão a oeste) (Figura 1).

**Figura 1:** Localização da Resex Marinha de Soure



**Fonte:** Neves, 2020.

A Resex envolve a participação dos agentes territoriais na gestão socioambiental, sob a tutela do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Sua área tem aproximadamente 27.463,58 hectares e é ocupada por uma população estimada em

1.298 pessoas, que se distribuem em seis comunidades rurais (Araruna, Barra Velha, Pesqueiro, Céu, Cajuuna e Pedral) e nove bairros urbanos. Os residentes locais são vinculados à Associação dos Usuários da Resex Marinha de Soure (ASSUREMAS) e possuem Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para praticarem atividades extrativistas variadas, com destaque à pesca artesanal.

O turismo tem importância significativa como atividade econômica complementar na renda dos extrativistas locais. Por essa razão, eles criaram as primeiras diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em 2007. Porém, a iniciativa foi consolidada apenas no ano seguinte após a obtenção de recursos financeiros provenientes do projeto comunitário “VEM – Viagem Encontrando o Marajó”, elaborado pela Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ) e aprovado na Chamada Pública de Seleção de Projeto de Turismo de Base Comunitária, divulgado pelo Ministério do Turismo. Nesse contexto, tiveram orientação técnica de entidades governamentais e não-governamentais por meio de estudos sobre a potencialidade turística da unidade de conservação e seminários de formação. Além disso, em 2009, a Secretaria de Turismo de Soure – em parceria com o Programa de Qualificação Profissional e Empresarial (PQPETUR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – ofereceu cursos profissionalizantes a 57 famílias para auxiliá-las profissionalmente na organização da atividade turística.

Alguns problemas internos e a desativação da associação de mulheres inviabilizaram a continuidade da iniciativa por alguns anos. Porém, recentemente, os residentes locais retomaram o Grupo de Trabalho de Turismo na Resexmar de Soure para dar novo impulso à iniciativa local. Atualmente, o grupo é distribuído conforme a capacitação que os comunitários receberam: gastronomia, passeios, hotelaria e outros. Além disso, é gerido por seis representantes, está associado diretamente à associação de mulheres e envolve aproximadamente 47 moradores.

Quanto à metodologia do estudo, a abordagem empregada é qualitativa. Sua realização aconteceu por meio de um levantamento estruturado de dados, um protocolo de observação para identificar os desafios e as alternativas ao turismo em reuniões locais e uma revisão dos dados obtidos. Em termos de método, utilizou-se um estudo de caso (YIN, 2005), uma vez que ele permitiu uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como processos organizativos que envolvem o Turismo de Base Comunitária, e auxilia na compreensão de fenômenos sociais como esse.

Os procedimentos consistiram em levantamento bibliográfico-documental em bibliotecas físicas e digitais em Belém e Soure e pesquisas de campo realizadas em 2019 e 2020, no contexto do Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável,

da Universidade Federal do Pará. Em 2019, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas com extrativistas locais e técnicos do ICMBio e ocorreu participação de reuniões internas organizadas pelos comunitários, nas quais se empregou a observação direta. Além disso, com base na observação participante, participou-se de uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo realizada em novembro e foram coletados novos dados por meio de novas entrevistas. Ao longo de 2020, sobretudo após o início das restrições em razão da pandemia causada pelo Coronavírus, se manteve contato com os principais interlocutores da pesquisa de forma *on-line*.

Em razão dos contatos estabelecidos previamente e das condições materiais, o recorte temporal do estudo compreendeu uma das comunidades rurais da Resexmar de Soure, a Comunidade do Pesqueiro, que tem aproximadamente 200 residentes. Apesar disso, comunitários de outras comunidades rurais também foram entrevistados. Os trechos das entrevistas com os atores locais expostas no texto são sempre sucedidos por codinomes para que suas identidades sejam preservadas.

De modo geral, considerando que as evidências da pesquisa foram oriundas de fontes variadas, todos os resultados foram revisados e analisados em conjunto segundo a triangulação a partir de fontes múltiplas de evidências proposta por Yin (2005).

## **GOVERNANÇA (AMBIENTAL)**

Considerando que a gestão socioambiental e a proposição de soluções a problemas complexos suscitam a descentralização político-administrativa (FONSECA; BURSZTYN, 2009), o terreno teórico adotado neste artigo explora a governança (ambiental). Além de sua definição mais ampla como autoridade política institucionalizada, a governança tem um sentido mais específico relacionado ao exercício da autoridade por grupos heterogêneos em contraste à autoridade exercida pelo Estado (STOKER, 1998).

O termo tem sido desenvolvido sob dois vértices explicativos. De um lado, estudiosos mais críticos enfatizam as novas formas de modificação e a reconfiguração de quadros regulatórios como elementos da neoliberalização da governança ambiental (HIMLEY, 2008; MENEZES, 2020). Políticas de privatização da natureza e a criação de mercados de serviços sistêmicos, por exemplo, configuram uma nova forma de produção da natureza. Por outro, a tradição institucionalista tem analisado requisitos de orientação institucional para a governança sustentável de recursos naturais (OSTROM, 1990), dos quais uma larga literatura tem emergido na questão da governança multinível (NEWIG; FRITSCH, 2009), que explora como atores e instituições se relacionam para aumentar a eficácia das políticas ambientais de forma colaborativa.



Em termos conceituais, “[...] governança ambiental é o conjunto de regras, práticas e instituições relacionadas à gestão do meio ambiente em suas diferentes formas (conservação, proteção, exploração de recursos naturais, etc.) [...]” (HAQUE, 2018, p. 1707). Todos os processos e instituições – formais e informais – que englobam padrões, comportamentos e mecanismos de organização usados por corporações, organizações, movimentos sociais e grupos de interesses fazem parte da governança ambiental. Assim, trata-se de um conceito-chave no campo semântico que recobre a discussão sobre sustentabilidade (BODIN, 2017) e diz respeito à soma de organizações e instrumentos de políticas públicas que regulam processos da política de proteção ambiental. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas Marinhas, representam políticas nesse sentido no Brasil.

Apesar de as políticas baseadas na governança ambiental no Brasil envolverem “[...] a organização da sociedade de modo a propiciar participação e representação local, bem como a autonomia das diversas esferas de poder e sua articulação” (BREDARIOL; D’AVIGNON, 2018, p. 2), problemas associados às especificidades locais permanecem dificultando seu avanço (GRISA, DELGADO, 2019). Na Amazônia brasileira, especialmente no estado do Pará, a interferência e sobreposição de grupos de interesses e relações de poder são exemplos de desafios à governança em nível regional.

Paralelamente, há uma politização desses desafios (TEISSERENC, 2016) por parte das comunidades locais, especialmente em reservas extrativistas, para desafiar os sistemas locais de poder, responder à ambientalização de situações específicas e implantar um novo tipo de “governo local”. Orientado por esse entendimento, explora-se neste texto como esses desafios e essa politização se manifestam na Resexmar de Soure em relação ao turismo.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Por muito tempo o Turismo de Base Comunitária não teve legitimidade política em razão de sua gênese não governamental (SERPA *et al.*, 2010). Por outro lado, mesmo quando a iniciativa não compunha a agenda de políticas públicas, a literatura acadêmica já a legitimava por considerá-la como elemento fundamental à funcionalidade e organização dos espaços rurais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Desde 2011, porém, essa iniciativa vem se constituindo como temática fundamental no campo das políticas públicas. O desenho da política pública ao TBC foi norteado para diferenciá-lo do ecoturismo no âmbito do seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, realizado em 2011 e organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e

Conservação da Sociobiodiversidade, ligado ao ICMBio. As reflexões em torno de diretrizes institucionais produzidas na ocasião identificaram diferenças importantes na organização do turismo. Por um lado, o ecoturismo passou a ser entendido como mais um dos segmentos da atividade turística, que pode ser organizado por setores públicos e/ou privados. Por outro, o TBC passou a ser associado diretamente à forma de organização e ao modelo de gestão dessa atividade por comunidades locais, que muitas vezes não são acordes com o ecoturismo propagado por empresas privadas (ICMBIO, 2018b).

Apesar de haver uma plethora de definições sobre essa iniciativa, há consenso entre os estudiosos de que o turismo comunitário é oriundo de atividades sustentáveis com base no protagonismo comunitário (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2018). Isso põe em evidência o contraste que essa iniciativa apresenta em relação ao turismo massivo e sua aproximação de uma perspectiva mais sustentável, pois ela é operacionalizada como um meio para alcançar qualidade de vida, empoderamento social, valorização cultural e histórica e aumento de benefícios econômicos por comunidades locais (DODDS; ALI; GALASKI, 2016). Considerando então que a iniciativa se insere em um conjunto de atividades que representam a funcionalidade dos espaços rurais em diversos contextos sociais e políticos, vislumbra-se que seus benefícios devem ser compartilhados igualmente; e seu planejamento e desenvolvimento, implementados de acordo com os interesses comunitários.

## **O TURISMO PROMOVIDO PELA AGÊNCIA ECO'TUR**

Ao longo dos anos, o turismo foi organizado de modo autônomo pelos atores locais na Resexmar de Soure. A principal empresa de turismo (Eco'Tur Receptivo e Passeios Turísticos, coordenada por uma turismóloga e empresária natural de Soure e subsidiada por uma agência de turismo de São Paulo) organizava e executava roteiros turísticos para seus clientes muitas vezes sem diálogo com os comunitários locais.

Um dos principais problemas decorrentes disso reside no fato de empresa ter estabelecido parceria com poucas famílias de extrativistas. Na Comunidade do Pesqueiro, por exemplo, essa colaboração aconteceu apenas com uma. Isso tem desencadeado vários problemas: sobreposição às iniciativas dos comunitários, concentração dos benefícios financeiros da atividade – na medida em que as famílias com as quais a agência tem parceria retêm os benefícios econômicos para si próprias – e a valorização excessiva dos aspectos naturais em detrimento daqueles referentes à cultura e histórica local. Um dos interlocutores deste estudo argumentou sobre essa situação:

*Eu trabalhava muito com o turismo. Eu e meu pai a gente recebia muita gente aqui, de muitos lugares. São Paulo, Sul, Alemanha, Itália e de um “bocado de lugar”. Mas faz tempo [aproximadamente dois anos] que a gente não pega um cliente no turismo. Esse pessoal aí [família parceira da Eco’Tur] e essa agência pegam tudo. De dez turistas, pelo menos oito já vem com destino certo para lá [família parceira da Eco’Tur]. E não sou só eu que está nessa situação não. Se você for lá no [nomes de outros comunitários], você vai ouvir a mesma coisa, o mesmo problema (Mantiqueira em entrevista realizada em novembro de 2019).*

Durante as pesquisas de campo, identificou-se que os turistas procuravam diretamente as famílias parceiras da empresa de turismo porque eles já haviam sido orientados pela Eco’Tur ou mesmo pelos motoristas de Van, Táxi e Moto-Taxi que os transportavam até os lugares de visitação, especialmente a Comunidade do Pesqueiro. Isso desnuda uma rede interpessoal entre tais famílias e outros atores importantes à atividade turística na Resexmar de Soure, cujos recursos, circuitos e benefícios são praticamente exclusivos e não envolvem as comunidades locais em sua totalidade. Além disso, foi constatado também que a associação entre a Eco’Tur e a companhia de transporte marítimo Expresso Golfinho, que conecta a Região Metropolitana de Belém ao Arquipélago do Marajó, contribui ainda mais para o fortalecimento da prática da empresa e de seus parceiros.

Outro efeito negativo refere-se a aberturas de rotas turísticas no interior do mangue, planejadas tanto pela agência de turismo como pela família parceira da Comunidade do Pesqueiro. O projeto mais recente entre esses colaboradores prevê a criação de uma rota própria (e alternativa) no interior do mangue entre a Praia do Pesqueiro e uma praia localizada em outra comunidade, Comunidade do Céu. Porém, foi constatado tanto com comunitários locais quanto com analistas do ICMBio que tal planejamento ocorre sem o aviso prévio ao órgão e sem o consentimento dos comunitários locais. É válido ressaltar que, para construções como essa no interior de reservas extrativistas marinhas, que alteram a dinâmica da natureza local, é necessário que seus planejadores comuniquem o ICMBio. Elas só podem ser realizadas após a autorização oficial do órgão. As instruções de como e para quem encaminhar o pedido de autorização constam no Plano de Manejo da Resexmar de Soure (ICMBIO, 2018a). Ainda assim, nem a empresa, nem a família fizeram o pedido de autorização ao órgão, motivo que esteve no centro de várias denúncias levadas ao ICMBio por comunitários locais nos últimos anos. Alguns comunitários declararam em entrevistas, inclusive, que as “obras” já teriam sido iniciadas, mas não foram constatadas oficialmente em razão da não fiscalização.

Apesar desses problemas, a turismóloga e coordenadora da Eco’Tur expôs em reunião do Conselho Deliberativo realizada em novembro de 2019 que o papel de sua empresa é fundamental para o desenvolvimento social e sustentável da Resexmar de

Soure, uma vez que está associado aos interesses das populações locais e ao enriquecimento cultural entre comunitários e visitantes. Segundo ela, sua parceria com as comunidades locais é uma característica importante de sua atuação e contribui para o “turismo comunitário”.

Nota-se que parece ser estratégico estabelecer parceria com algumas famílias locais, pois isso configura um compromisso socioambiental tanto com elas em si quanto com o ICMBio, o que, em certa medida, legitima o “turismo comunitário”. Assim, a empresa mantém relação com residentes locais sob a condição de que a atividade seja visualizada como um compromisso compartilhado e de colaboração na gestão do turismo. O uso farto da expressão “turismo comunitário”, todavia, confere-lhe uma consequência de esvaziamento da discussão em torno da diversidade de significados que ela pode assumir, a depender do enunciador. Observe, por exemplo, que a terminologia empregada nesse caso não significa necessariamente aquilo que o termo evoca, uma vez que aqui ele parece ser adotado como uma camuflagem para a propagação de interesses específicos.

## **O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, ORGANIZADO PELOS COMUNITÁRIOS**

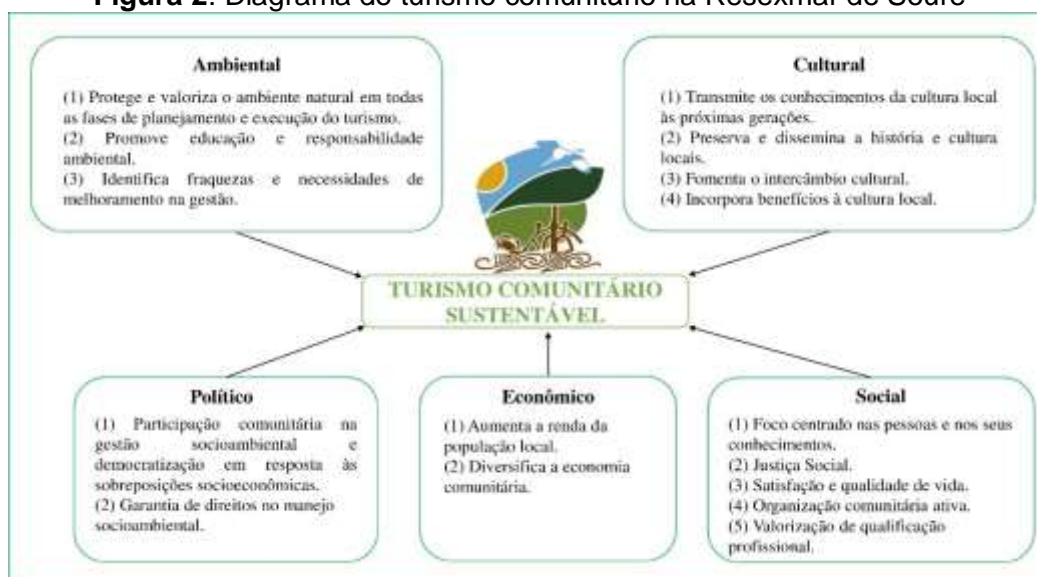
Para minimizar esses efeitos negativos e pôr em evidência o planejamento local, seis comunitários da Resexmar de Soure organizaram o Grupo de Trabalho do Turismo na Comunidade do Pesqueiro e arrebanharam todos os comunitários que fizeram os cursos profissionalizantes promovidos pelo SEBRAE em 2009, tanto da Comunidade do Pesqueiro como de outras comunidades rurais, para retomar o Turismo de Base Comunitária (Figura 2).

O principal propósito da iniciativa – reconhecida como um dos produtos da sociobiodiversidade do Brasil ofertados pelos povos e comunidades tradicionais (ICMBIO, 2018b) – é reduzir os efeitos negativos da atividade turística no interior da Resexmar de Soure a partir da organização dos próprios extrativistas locais. Nesse sentido, sua principal característica é o rodízio, a partir do qual os benefícios são distribuídos de modo equitativo.

*Hoje, a nossa insatisfação em relação ao turismo é porque ele não está saindo de dentro da associação [ASSUREMAS], de dentro do nosso grupo, da nossa organização. Nós entendemos que ele tem que acontecer de dentro do grupo e não de modo individual – como está acontecendo dentro da nossa comunidade. Não queremos que a empresa pare de trazer os turistas, mas que eles passem por nós, porque hoje nós temos o rodízio do passeio do igarapé, da hospedagem, da culinária e uma organização para isso. Então, por exemplo, se hoje foi seu Altino, a gente quer que amanhã seja o José e depois o Antônio [...]. É esse tipo de turismo que nós queremos que aconteça dentro da comunidade do Pesqueiro [...] nós não queremos que ninguém faça esse turismo sem que passe por nós, pela*

*nossa associação, porque nós somos incansáveis para que isso aconteça realmente* (Pitomba em reunião do Conselho Deliberativo em novembro de 2019).

**Figura 2:** Diagrama do turismo comunitário na Resexmar de Soure



**Fonte:** próprio autor.

A iniciativa é apoiada pelo Conselho Municipal de Turismo do Marajó e pela Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SETUR-PA), com quem os comunitários já debateram e firmaram acordos para seu fortalecimento. Além disso, a sociedade civil também tem papel relevante na legitimação dessa proposta. Por exemplo, para o Fórum Estadual de Turismo (FOMENTUR), que congrega setores públicos e privados, a valorização das comunidades locais envolvidas no turismo e na gestão dos territórios onde vivem incentiva a participação nos espaços deliberativos e melhora o conhecimento sobre os benefícios e malefícios que os desafios proporcionam. O apoio também reverbera em pronunciamentos oficiais e nos espaços deliberativos de tomada de decisão. A secretária de turismo de Soure, em reunião do Conselho Deliberativo da Resexmar de Soure, manifestou interesse de prosseguir com cursos de capacitação e engajar os comunitários na atividade turística.

*[...] O Turismo de Base Comunitária [TBC] merece destaque. A ilha do Marajó está entre os principais pontos turísticos da Amazônia brasileira, tornando a Resex uma das Unidades de Conservação [UC] mais visitadas no Brasil. Entendemos que principalmente as vilas do Pesqueiros, Céu e Cajuuna já possuem o TBC na prática. Apesar dessa ferramenta ser um potencial imenso real de renda, tem a necessidade de ser trabalhada. Sentimos a necessidade de estimulá-la mais, prepará-la mais para que a comunidade possa ser capacitada para receber turistas e elas mesmas possam ser protagonistas da atividade. O município, como fomentador do segmento, não consegue se utilizar do diferencial competitivo e não utiliza as suas ferramentas de marketing à promoção da UC [Unidade de Conservação]. Isso poderia colocar as comunidades em papel de destaque.*

*Então nós queremos mais parceria para mostrar que nós temos uma UC e valorizá-la mais em parceria com os seus usuários. Precisamos trabalhar mais juntos, apoiando as comunidades de base tradicional e o seu turismo de base comunitária (comunicação verbal em reunião do Conselho Deliberativo no dia 30 de novembro de 2019).*

Apesar de a secretária ter considerado pontos importantes em seu pronunciamento, seu discurso não ressoou conforme suas expectativas. Aquele pronunciamento foi o primeiro após cinco anos nos quais a secretaria não teve assento no Conselho Deliberativo em razão de sua não participação nas reuniões e, no geral, na gestão da Resexmar de Soure. Por isso, para muitos comunitários e conselheiros presentes na reunião, o pronunciamento foi apenas parte da estratégia da secretária de retomar a posição de conselheira na gestão da Resexmar de Soure, pois resultados tangíveis e ações que realmente o legitimassem ainda não haviam sido identificados até aquele momento.

## **AÇÕES DELIBERATIVAS**

Como tentativa de diferenciar a organização comunitária do turismo e esclarecer seu real significado e sua importância para as populações locais, os comunitários rurais também performaram na reunião do Conselho Deliberativo e propuseram alternativas a fim de diminuir a influência da empresa EcoTur (Figura 3). Eles apresentaram o documento do Turismo de Base Comunitária que, segundo eles, “realmente descreve” a organização e as ações que as comunidades locais têm realizado.

*Eu vou ler este documento aos companheiros porque sabemos que devemos trabalhar em conjunto. Honrados em cumprimentar vossas senhorias, queremos desde já agradecer em nome da comunidade do Pesqueiro pela compreensão, visando junto o fortalecimento dessa parceria. Estamos informando-lhes a volta das atividades de Turismo de Base Comunitária através da associação local e a todos os órgãos, agências de turismo, taxistas, donos de vans ou qualquer pessoa envolvida no turismo avisamos que voltamos com os nossos pacotes e planos de comercialização do Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento e manejo da Resex. Fica acordado que a partir deste documento só pode trazer turismo ou fazer turismo - ou desenvolvê-lo - junto à parceria da associação local e quem tiver cadastrado na mesma e no ICMBio. Pedimos que procurem a associação para mais explicações e esclarecimentos para a nossa parceria. O desenvolvimento tem que ser em conjunto e vamos colocar as nossas regras em prática. Temos muito para mostrar e fortalecer essa parceria. Informamos que quem tiver interessado em permanecer fazendo esse tipo de atividade dentro da comunidade procure esclarecimentos à sede da associação local ou do ICMBio. Vamos esclarecer o funcionamento das regras e como essa atividade pode ser desenvolvida. Obrigada pela compreensão, pois estamos dentro de uma UC e devemos conservar nosso território e desfrutar dessa biodiversidade que é*

*nossa* (Íris em comunicação verbal em reunião do Conselho Deliberativo no dia 30 de novembro de 2019).

**Figura 3** - Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Resexmar de Soure



**Fonte:** próprio autor.

A principal proposição para os problemas foi a realização do turismo mediante o diálogo com a associação local (ASSUREMAS), o que deve garantir maior protagonismo comunitário. A proposta foi apoiada por representantes do Conselho Deliberativo, especialmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Soure (Emater), o ICMBio e alguns pesquisadores da Universidade Federal do Pará.

A oferta dos serviços da iniciativa local é diversa e as recomendações logísticas são adaptadas a cada tipo de passeio. As informações históricas oferecidas pelos Guias Históricos tanto antes quanto durante os passeios incluem sobretudo a importância de os visitantes saberem que estão dentro de uma Unidade de Conservação e o motivo de existência dessa política (Quadro 1).

Em termos oficiais, essa iniciativa foi elaborada para adequar-se ao Plano de Manejo da Resexmar de Soure, segundo a recomendação e o auxílio de analistas do ICMBio. Nesse documento, que orienta a gestão socioambiental dessa unidade de conservação, o turismo comunitário é relacionado à vitalidade social dos grupos sociais, ocupa lugar de destaque nas ações da gestão territorial e é concebido em vários eixos temáticos que compreendem tanto as ameaças às comunidades rurais quanto o planejamento para superá-las (ICMBio, 2018a).

A partir do exposto, considera-se que a participação dos comunitários nas reuniões do Conselho Deliberativo, expondo suas insatisfações e propostas, são cruciais para que suas vozes sejam ampliadas na estrutura de governança existente. Assim os grupos têm a chance de planejar e tomar decisões importantes à gestão territorial, que dizem respeito à sustentabilidade do território onde vivem. Esse fenômeno tem sido recorrente em outras

reservas extrativistas no Pará. É o que Teisserenc (2016) denomina de “politização dos desafios locais”, resultado do trabalho realizado nos conselhos deliberativos em que a mobilização das comunidades e o engajamento de seus representantes desencadeiam debates sobre a gestão territorial.

**Quadro 1 - Passeios turísticos na Resexmar de Soure**

Passeios	Descrição
<b>Passeio na comunidade do pescueiro</b>	1- Inclui comunicações sobre a história, a formação da comunidade e as dificuldades atuais, bem como visitas à Igreja Católica e associação locais.
<b>Passeio do turu</b>	2- Permite aos visitantes conhecer a técnica de coleta dentro dos troncos das árvores em decomposição no mangue.
<b>Pescaria artesanal</b>	3- Apresenta as técnicas de pescaria utilizadas pelas comunidades, bem como pescar para preparação do almoço ou jantar na residência do comunitário ou comunitária que acompanha o(s) turista(s). Nesse mesmo passeio, os visitantes aprendem sobre o período do seguro-defeso e sua importância para a reprodução das espécies aquáticas.
<b>Pescaria da rabiola</b>	4- Apresenta a técnica da pescaria denominada Rabiola. O trajeto inicia no igarapé do Pesqueiro quando a maré está baixa e acontece em dois momentos determinados pela maré (diferença de seis horas entre um e outro). No primeiro momento, a rede é instalada com a ajuda do visitante e, no segundo, eles retornam para a “despesca” (retirada dos peixes da rede).
<b>Passeio no igarapé</b>	5- O roteiro prevê o passeio em três igarapés, com passagem por um cocal (Cocal São Sebastião e retorno) onde os visitantes param para tomar água de coco e apreciar a paisagem.
<b>“Passeio do búfalo”</b>	6- Passeio realizado em búfalos, animal-símbolo do Marajó bastante conhecido pela exuberância. Além disso, tem importância vital na culinária local, tanto pela carne como pelo leite, que dá origem ao queijo produzido artesanalmente.
<b>Caminhada pesqueiro-céu-cajuuna</b>	7- O roteiro prevê o passeio a pé e de barco em três praias e comunidades na Resexmar de Soure, com paradas contínuas e estratégicas para que os turistas contemplem a natureza e apreciem o artesanato local.
<b>Apresentação de danças folclóricas</b>	8- Os turistas participam de demonstrações de danças tradicionais coreografadas pelo grupo Raízes do Mangue, formado pelas crianças da Comunidade do Pesqueiro, e realizadas no Centro Comunitário do Pesqueiro.

**Fonte:** próprio autor.

## UM ESFORÇO DE SÍNTESE SOBRE O CASO ANALISADO

Alcançar a colaboração para a resolução de problemas comuns, conciliando interesses distintos, é um desafio na gestão territorial, sobretudo quando consideramos as especificidades locais nesse contexto participativo no Brasil (GRISA; DELGADO, 2019). Logo, claramente não há um modo único para o sucesso usando abordagens colaborativas nas políticas públicas cujo propósito é a gestão socioambiental.



Para superar as desigualdades criadas pelos interesses econômicos relacionados à gestão do turismo que circundam a Resexmar de Soure, as comunidades rurais vêm adotando estratégias próprias para responder aos problemas de gestão. Ao colocarem a experiência histórica, as tradições culturais e o aprendizado socioambiental no centro do Turismo de Base Comunitária, elas recusam explicitamente o predomínio do cálculo econômico na organização do turismo. Suas decisões resultam em propostas que estão em desacordo com os preceitos econômicos que medeiam a prática da empresa de turismo Eco'Tur, que atua apenas como um meio de defender e propagar seus próprios interesses claramente sem uma disposição de contribuir para soluções negociadas conjuntamente para problemas que, em certos casos, ela própria cria.

Nesse sentido, um esforço de síntese apresenta os seguintes elementos atuais para se pensar um “padrão” à governança eficaz e transparente do turismo na Resexmar de Soure: a) o turismo passa a ser gerenciado pelos membros da comunidade através da associação local; b) agora possui estrutura de gerenciamento relativamente clara, reconhecida e legitimada oficialmente, com funções e responsabilidades definidas pelos Grupos de Trabalho; c) segue regras e regulamentos internos, como o Plano de Manejo; d) é apoiado pelo ICMBio, órgão gestor da Resexmar de Soure, pelos comunitários locais e por demais instituições que compõem o Conselho Deliberativo; e) seu funcionamento é valorizado e reconhecido como um Componente de Valor Fundamental à Resex, conforme consta no Plano de Manejo; f) e evita impactos negativos que o turismo pode gerar, além de incentivar a parceria entre distintos atores e distribuir de modo igual os benefícios produzidos. Assim, a iniciativa local fortalece a estrutura de governança existente fazendo uso das próprias ferramentas que ela oferece.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O caso analisado demonstra que governar áreas protegidas ricas e diversas na mesorregião do Marajó é um desafio cada vez mais complexo. As questões expostas revelam aspectos que permitem afirmar que a criação de mecanismos participativos em si não resolve problemas de gestão, sobretudo quando atores distintos compartilham objetivos nem sempre similares. Os conflitos em relação à gestão do turismo, por exemplo, continuam até o presente, apresentando diferenças aparentemente irresolúveis devido ao fato de que membros das próprias comunidades preferem estabelecer parceria com a agência de turismo a colaborar com a iniciativa comunitária. Porém, as iniciativas locais vêm demonstrando a importância de se pensar as Reservas Extrativistas como territórios geridos

de forma compartilhada e que a sustentabilidade depende da compatibilização de interesses econômicos, sociais e ecológicos.

O Turismo de Base Comunitária é uma iniciativa que requer compromissos pessoais de cada membro que participa da gestão territorial da Resexmar de Soure, seja das comunidades rurais ou da Eco'Tur, para assumir responsabilidade pelo bem-estar dos demais e limitar as demandas individuais. Por isso, sugere-se que é necessário que seus membros atuem de modo processual com base na inclusão, em relação à questão social, na sustentabilidade, do ponto de vista ecológico, e no caráter sustentado, em termos de viabilidade econômica.

## REFERÊNCIAS

- BARKIN, David; LEMUS, Blanca. Soluções locais para a justiça ambiental. *In*: CASTRO, Fabio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel (coord.). **Governança ambiental na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 291-322.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.
- BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BODIN, Orjan. Collaborative Environmental Governance: achieving collective action in socio-ecological systems. **Science**, New York, v. 357, n. 659, p. 1-8, 2017.
- BOULHOSA, Marinete da Silva. Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade na ilha do Marajó. **Paper do NAEA**, Belém, v. 28, n. 3, p. 419-433, 2019.
- BOULHOSA, Marinete da Silva. Turismo de Base Comunitária: em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na ilha do Marajó. **Paper do NAEA**, Belém, v. 29, n. 3, p. 1-18, 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas e Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiro do Brasil**: introdução à regionalização o turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/planodedesenvolvimentoterritorialmarajo2017.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- BREDARIOL, Tomás de Oliveira; D'AVIGNON, Alexandre Louis de Almeida. Instituições e governança ambiental: o caso do licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás offshore. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 1-22, 2018.
- BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010, p. 105-122.
- CRUZ, Sílvia Helena Ribeiro. **Os impactos do turismo na Ilha de Marajó (PA)**: aspectos ambientais da praia do pesqueiro. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências da

Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

DAL BOSCO, Maria Goretti. **Discricionariedade em políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2008.

DODDS, Rachel; ALI, Alisha; GALASKI, Kelly. Mobilizing knowledge: determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. **Current Issues in Tourism**, [s. l.], v. 21, n. 13, p. 1547–1568, 2016.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, Silvio Lima; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; NÓBREGA, Wilker Ricardo de (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 11-37.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, p. 17-46, 2009.

GRISA, Catia; DELGADO, Nelson Guilherme. Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: ideias, interesses e instituições na governança multinível. *In*: LEITE, Sérgio Pereira; BRUNO, Regina (org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 227-248.

HAQUE, Mahfuzul. Environmental Governance. *In*: FARAZMAND, Ali (ed.) **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**. Cham: Springer, 2018. p. 1707-1715.

HIMLEY, Matthew. Geographies of environmental governance: the nexus of nature and neoliberalism. **Geography Compass**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 433-451, 2008.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure**. Brasília: ICMBIO, 2018a. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-de-soure/arquivos/plano\\_de\\_manejo\\_resex\\_marinha\\_de\\_soure\\_v19.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-de-soure/arquivos/plano_de_manejo_resex_marinha_de_soure_v19.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

ICMBIO. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes**. Brasília: ICMBIO, 2018b.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, p. 121-164, ago. 2016.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Environmental governance and regularization of land ownership: development and multiple territorial dynamics in the Amazon. **Vibrant**, Brasília, v. 17, p. 1-18, 2020.

MTAPURI, Oliver; GIAMPICCOLI, Andrea. Tourism, community-based tourism and ecotourism: a definitional problematic. **South Africa Geographical Journal**, [s. l.], v. 101, n. 1, p. 22-35, 2018.

NEVES, Evandro. Participação comunitária na gestão de recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia Marajoara (PA). **GeoTextos**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 37-61, 2020.

NEWIG, Jens; FRITSCH, Oliver. Environmental governance: participatory, multi-level and effective? **Environmental Policy and Governance**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 141-214, 2009.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

QUINTELA, Patrick Diniz Alves; TOLEDO, Peter de; VIEIRA, Ima Celia Guimarães. Desenvolvimento sustentável do Marajó, Pará: uma visão a partir do Barômetro da Sustentabilidade. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 199-213, jul. 2018.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidades no espaço rural brasileiro. *In*: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 122-141.

SERPA, Ana Beatriz *et al.* **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: MMA, 2010.

SOUSA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STOKER, Gerry. Governance as a theory: five prepositions. **International Social Science Journal**, Paris, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998.

TAVARES, Maria Goretti da C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). *In*: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 249-260.

TEISSERENC, Maria José da S. A. politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em reservas extrativistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, maio/ago. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro que viabiliza a construção da minha tese de doutorado e permite a realização dessa pesquisa e aos comunitários da Comunidade do Pesqueiro pelo tempo disponibilizado durante o levantamento das informações em campo.

**Recebido**: abril de 2022.  
**Aceito**: setembro de 2022.